



O Ensino de Teoria da Contabilidade no Brasil após o processo de Convergência Contábil **Internacional**

Rodrigo Barraco Marassi Universidade Regional de Blumenau (FURB) Rodrigomarassi 16@hotmail.com

Luiza Betânia Fasolin Universidade Regional de Blumenau (FURB) luiza_fasolin@hotmail.com

Roberto Carlos Klann Universidade Regional de Blumenau (FURB) rklann@furb.br

Resumo

Este estudo buscou verificar as principais mudanças ocorridas no ensino da disciplina de Teoria da Contabilidade no Brasil após o processo de convergência contábil internacional, com base na perspectiva dos docentes do Estado do Paraná. A pesquisa se classifica como descritiva, quantitativa, com levantamento dos dados por meio de um questionário enviado pelo Google Docs a 84 instituições de ensino superior do Estado do Paraná, que oferecem o curso de Ciências Contábeis. O questionário foi respondido por 30 docentes da disciplina de Teoria da Contabilidade dessas instituições, compondo assim, a amostra deste estudo. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e posteriormente foi aplicado o grau de entropia da informação nos resultados. Os resultados demonstram que o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade resultou em alterações no ensino da disciplina Teoria da Contabilidade. Os docentes tiveram que se readequar para transmitir o conteúdo dessa disciplina aos acadêmicos. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis está sendo um instrumento importante para essa readequação. Como sugestão para pesquisas futuras, seria interessante abranger outras disciplinas, o que poderia contribuir para a compreensão dos efeitos da convergência contábil internacional na qualidade do ensino da contabilidade no Brasil.

Palavras-chave: Teoria da Contabilidade. Ensino. Processo de convergência.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade está sujeita às influências do ambiente em que atua, sendo suas práticas fortemente afetadas pelos valores culturais, estrutura política, econômica e social. Dessa forma, os sistemas contábeis se diferenciam de acordo com o conjunto de leis, filosofias, procedimentos e objetivos de cada país (NIYAMA, 2007).

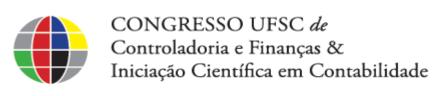














Novos desafios estão sendo trazidos para a contabilidade, causados pelas constantes mudanças no cenário econômico mundial, em que a economia globalizada, o desenvolvimento do mercado de capitais internacional e o aumento dos investimentos estrangeiros geram a necessidade de utilização de normas e procedimentos que contribuam para a redução das diferenças nas informações contábeis entre os países (BARBOSA; DIAS; PINHEIRO, 2009).

A convergência das normas contábeis se faz necessária na medida em que os negócios não estão mais restritos apenas aos limites de um país (SANTOS et al., 2010). A fim de minimizar as divergências internacionais e facilitar a comunicação e a comparação das informações contábeis, existe um consenso entre os diversos envolvidos para uma convergência dos procedimentos contábeis em âmbito mundial (NIYAMA, 2007).

Com o processo de convergência contábil internacional surge a necessidade de um novo enquadramento das disciplinas nos cursos de Ciências Contábeis (ESPEJO et al., 2010), dentre as quais se encontra a de Teoria da Contabilidade. As entidades educacionais devem buscar se interar das necessidades atuais do mercado, adotando disciplinas voltadas à realidade, introduzindo metodologias de ensino mais eficazes (FAHL; MANHANI, 2006).

Essa disciplina desenvolve o senso crítico, estimula a relação entre os conhecimentos práticos e teóricos, diminui o pragmatismo e aproxima o aluno da ciência e da pesquisa (MADEIRA; MENDONÇA; ABREU, 2003). É de grande relevância para os profissionais e estudantes, pois serve de fundamento para soluções de problemas empíricos, como também para a interpretação de novas situações no decorrer do exercício da profissão (BORBA; POETA; VICENTE, 2011).

A Lei nº. 11.638/07 promoveu diversas mudanças na ciência contábil, dentre elas pode-se citar a definição de empresa de grande porte, operações relacionadas à combinação de negócios, reservas de reavaliação, ativos financeiros e imobilizados, ativos e passivos de longo prazo, investimento em coligada (ZELIOLI, 2009). Essas mudanças acabam impactando na disciplina de Teoria da Contabilidade, pois conforme menciona Espejo et al. (2010), houve alterações na estrutura, na mensuração, reconhecimento e divulgação das informações contábeis.

Diante deste contexto, a presente pesquisa questiona: Quais foram às mudanças ocorridas no ensino da disciplina de Teoria da Contabilidade após o processo de convergência contábil internacional sob a ótica dos docentes? Assim, o objetivo do estudo é verificar as principais mudanças ocorridas no ensino da disciplina de Teoria da Contabilidade no Brasil, após o processo de convergência contábil internacional, com base na perspectiva dos docentes do Estado do Paraná.

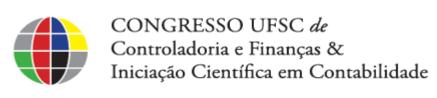
Quanto às justificativas para este estudo, diversas pesquisas estão sendo desenvolvidas a respeito do ensino da contabilidade, as quais abordam a necessidade de conhecimentos científicos por parte dos professores desta disciplina (SACRAMENTO, 1998) e buscam entender como o ensino contribui para o domínio de conceitos relevantes sobre a Contabilidade (LIMA FILHO; BRUNI, 2010). Há também estudos que verificam como está sendo ministrada a disciplina de Teoria da Contabilidade nos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil (THEÓPHILO et al., 2000), nos cursos de graduação e pós-graduação nas universidades estrangeiras (FERREIRA et al., 2012) e nos programas de mestrado brasileiro, comparando com alguns programas dos EUA (BORBA; POETA; VICENTE, 2011).













A presente pesquisa difere dessas anteriores por analisar as principais modificações no conteúdo e na didática desta disciplina em função do processo de convergência contábil internacional, a partir da visão dos profissionais que ensinam esta disciplina. Ding et al. (2007) e Elbannam (2010) sustentam que a qualidade da educação contábil pode explicar o sucesso do processo de convergência em um país. Assim, os resultados visam corroborar a literatura existente, no aspecto da importância desta disciplina no meio acadêmico, além de destacar as principais modificações nela implementadas a partir do processo de convergência contábil, o que pode ajudar a entender a efetividade de adoção das novas normas contábeis por parte dos futuros contadores.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Este capítulo trata do processo de convergência contábil internacional e do ensino de Teoria da Contabilidade no Brasil, bem como estudos anteriores sobre a disciplina de Teoria da Contabilidade.

2.1 O Processo de Convergência Contábil Internacional no Brasil

O propósito principal dos relatórios contábeis é de dar suporte à tomada de decisão de todos aqueles que têm interesse na empresa, ou seja, as demonstrações são voltadas para todos os usuários (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Segundo o Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o objetivo dos relatórios contábeis é o de fornecer informações sobre a posição financeira e patrimonial da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários para a tomada de decisão.

Considerando que as demonstrações contábeis são divulgadas para atender os diversos usuários, surgiu a necessidade de um padrão de relatórios que sejam elaborados seguindo normas. A normatização contábil tem por objetivo garantir que esses relatórios divulgados sejam compreensíveis, comparáveis, confiáveis e relevantes. Em razão da existência dessas normas ocorre então a atuação dos órgãos reguladores e fiscalizadores (ANTUNES; GRECCO; FORMIGONI, 2012).

Fernandes et al. (2010) afirmam que a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) veio preencher o vazio que existia no Brasil quanto à centralização da emissão das normas contábeis brasileiras em relação às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

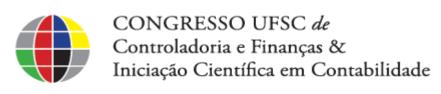
O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.055/05, criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que é formado por membros de vários órgãos reguladores da contabilidade Brasileira: Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC Nacionais), Bolsa de Valores (BM&FBOVESPA), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). O CPC tem como objetivo de promover o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre a contabilidade e a divulgação de informações, levando-se em conta a convergência da contabilidade brasileira para os padrões internacionais (CPC, 2013).













São convidados para participar das reuniões do CPC representantes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal (SRF), Banco Central (BACEN) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), devendo os pronunciamentos emitidos pelo CPC serem homologados por esses órgãos reguladores para serem aplicados no âmbito de cada um desses órgãos (BARBOSA; DIAS; PINHEIRO, 2009).

Com base nas normas contábeis internacionais, denominadas *de International Accounting Standards* (IAS) ou *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis produziu 44 pronunciamentos técnicos, denominados CPCs, entre os anos de 2007 a 2011 (CPC, 2013).

Outro passo importante para a convergência aos padrões internacionais de contabilidade foi a promulgação da Lei nº 11.638/07, que alterou e revogou dispositivos da Lei nº 6.404/76 sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras no país. Ainda em 2007, foi emitida a Instrução nº 457/2007 da CVM, que determinou que as IFRS fossem obrigatórias para as demonstrações financeiras consolidadas das empresas S.A. abertas e as sociedades de grande porte, relativas ao exercício de 2010 em diante (DANTAS et al., 2010).

Esperanto et al. (2007) mencionam que a adaptação do Brasil à convergência passou por diversos obstáculos, dentre eles a falta de profissionais capacitados em IFRS, dentro e fora da área contábil. Existe uma crescente demanda por profissionais cada vez mais capacitados, e isto é consequência natural da competitividade vivenciada (HERNANDES; PELEIAS; BARBALHO, 2006). E uma boa instrução aos profissionais de contabilidade é necessária.

2.2 O Ensino de Teoria da Contabilidade no Brasil

Segundo Iudícibus, Martins e Carvalho (2005), antes da contabilidade ser ciência, o sistema de escrituração e o método das partidas dobradas eram sinônimos de contabilidade. Mas essa visão foi reformulada ao longo da história, em que a contabilidade recebeu diversos outros sentidos e significados.

Com a evolução da contabilidade, a preocupação com os eventos econômicos relativos às entidades aumentou, sendo mais utilizada para transmitir aos seus usuários as condições econômicas e financeiras dos seus negócios (BORBA; POETA; VICENTE, 2011).

Como disciplina em cursos superiores, ela possui um histórico bastante recente, quando comparada, por exemplo, à economia. Os primeiros livros de teoria contábil propriamente dita datam do final do século XIX, enquanto os de economia já eram conhecidos há mais tempo. A contabilidade demorou a pensar-se como teoria, em pesquisas e metodologias científicas (IUDICIBUS, 2012).

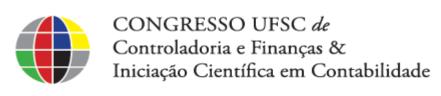
No Brasil, a primeira escola especializada no ensino da Contabilidade foi a Escola de Comércio Armando Álvares Penteado, criada em 1902, com os ensinamentos voltados à filosofia italiana. No entanto, os primeiros artigos científicos surgiram no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, a partir do pensamento contábil norte-americano (SACRAMENTO, 1998).













Theóphilo et al. (2000) afirmam que foi estabelecida com a Resolução nº 003, de 05.10.92, do Conselho Federal de Educação, a obrigatoriedade da disciplina de "Teoria da Contabilidade" na grade curricular dos cursos de Graduação em Ciências Contábeis no Brasil.

Ela se tornou necessária para que os acadêmicos tenham uma base conceitual de qualidade, atendendo às necessidades do mercado, pois é por meio de metodologias científicas que é possível explicar a realidade (MADEIRA; MENDONÇA; ABREU, 2003).

Sacramento (1998) menciona que para ter contadores com fundamentos científicos de contabilidade, com senso de respostas satisfatórias nos desafios profissionais, os responsáveis pela adequação curricular, ou até mesmo os docentes que lecionam a disciplina de Teoria da Contabilidade, devem fazer um estudo para conhecer o que é essa teoria e qual a sua importância na graduação.

O ensino da Teoria da Contabilidade deve aproximar a teoria e a prática, acontecendo de forma mais viva. Possuir o domínio da teoria ajuda a explicar e interpretar a prática de assuntos complexos, desenvolvendo habilidades necessárias para a profissão (MADEIRA; MENDONÇA; ABREU, 2003).

A disciplina Teoria da Contabilidade contribui para a formação do profissional contábil, pois ela proporciona o entendimento das normas e princípios fundamentais da contabilidade, dos seus conceitos e objetivos, abordando o pensamento contábil e promovendo a compreensão das teorias que fundamentam a contabilidade (MADEIRA; MENDONÇA; ABREU, 2003).

Dentre essas normativas da profissão contábil, se encontram as normas internacionais de contabilidade. Com a adesão brasileira a essa normatização contábil internacional, tornou-se necessário que os profissionais tenham uma boa base teórica, para que possam resolver problemas que não estejam previstos nesses dispositivos (BORBA; POETA; VICENTE, 2011), o que reforça a importância da disciplina de Teoria da Contabilidade.

A convergência às normas contábeis internacionais, principalmente por meio da Lei nº 11.638/07, trouxe profundas modificações na forma de fazer e visualizar a Contabilidade quanto à estrutura, abrangência, reconhecimentos e divulgação das informações contábeis (ESPEJO et al., 2010). Tal fato provocou mudanças em várias disciplinas dos cursos de Ciências Contábeis, dentre elas a de Teoria da Contabilidade.

Foram realizadas alterações no Balanço Patrimonial das empresas, com a subdivisão do ativo e do passivo em circulante e não circulante, a criação do subgrupo intangível, alterações nas normas de classificação das contas do imobilizado, uma nova subdivisão do patrimônio líquido, entre outras modificações (ESPEJO et al., 2010). Os CPCs emitidos servem como base para fazer essas alterações e é por meio deles, na disciplina de Teoria da Contabilidade, que os docentes transmitem os ensinamentos aos acadêmicos. A importância dessa disciplina nos cursos de graduação em Ciências Contábeis é justificada, pois ela proporciona maior respaldo e uma compreensão adequada na utilização da contabilidade e suas práticas (LIMA FILHO; BRUNI, 2010).

2.3 Estudos Relacionados

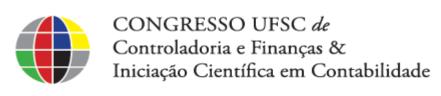
Várias são as pesquisas encontradas sobre o ensino da contabilidade no Brasil, além das que dizem respeito às alterações ocorridas com a Lei nº. 11.638/07. Os estudos se tornam













relevantes pelas crescentes mudanças no cenário contábil com o processo de convergência contábil internacional.

Dentre as diversas pesquisas, pode-se citar a de Sacramento (1998), que abordou a necessidade de conhecimentos científicos por parte dos professores da disciplina de Teoria da Contabilidade. O autor utilizou um questionário direcionado aos professores desta disciplina. Concluiu que aqueles que não a cursaram na graduação, nem em cursos de pós-graduação, deveriam munir-se de conhecimentos científicos, apresentando os conceitos, metodologias e os princípios de contabilidade que são utilizados na teoria.

Theóphilo et al. (2000) verificaram como vem sendo ministrada a disciplina Teoria da Contabilidade nos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil, dando ênfase para o período em que tal disciplina vem sendo abordada. Concluíram que, por não haver um enfoque na norma de obrigação dessa disciplina quanto ao período que deveria ser abordada, ela passou a ser oferecida pelas diversas instituições de ensino em períodos totalmente distintos, variando do primeiro ao último período do curso. Isso faz com que o enfoque dado à disciplina seja bastante diferenciado, desprezando-se o verdadeiro valor da Teoria da Contabilidade.

Espejo et al. (2010) analisaram como a Universidade Federal do Paraná está adaptando o ensino no curso de ciências contábeis aos preceitos da Lei nº 11.638/07. Para tal, desenvolveram uma investigação de caráter formal, *ex post facto*, descritiva, aplicada por meio de um questionário aos alunos do 1º e 4º ano. Os resultados apontaram que a instituição está promovendo adaptações no ensino em resposta às alterações constantes da Lei nº 11.638/07.

Lima Filho e Bruni (2010) buscaram entender como o ensino da disciplina de Teoria da Contabilidade em cursos de graduação de Salvador, Bahia, contribuiu para o domínio de conceitos relevantes da Contabilidade, como por exemplo, conceitos de ativo, passivo, receitas, despesas, ganhos, perdas e *goodwill*. A amostra foi composta por 591 acadêmicos matriculados no curso de Ciências Contábeis que já haviam frequentado a disciplina. Os resultados evidenciaram falhas na compreensão destes conceitos, indicaram também que alunos de instituições públicas possuem melhor domínio, a compreensão melhora quando a titulação do docente evolui de especialista para mestre e deste para doutor.

Borba, Poeta e Vicente (2011) pesquisaram a disciplina de Teoria da Contabilidade nos programas de mestrado no Brasil. Verificaram as ementas e bibliografias desta disciplina, comparando os programas brasileiros com alguns mestrados dos Estados Unidos da América (EUA). Concluíram que existe uma lógica no ensino da Teoria da Contabilidade pelos programas de mestrado, mas nos programas norte-americanos, verificou-se escassa oferta específica dessa disciplina.

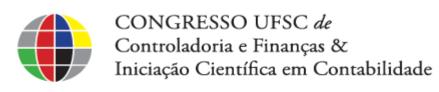
Ferreira et al. (2012) identificaram como a Teoria da Contabilidade é abordada nos cursos de graduação e pós-graduação em contabilidade nas melhores universidades estrangeiras. Por meio de questionário, foram levantados dados de 25 docentes de 20 universidades diferentes. Os resultados apontam que apenas cinco das 20 universidades possuem especificamente a disciplina de Teoria da Contabilidade. As demais adéquam seu conteúdo a outras disciplinas, como em contabilidade introdutória, intermediária e avançada. Diferentemente do Brasil, em que é obrigatória a disciplina de Teoria da Contabilidade, as universidades estrangeiras optam por abordar o seu conteúdo de forma integrada.













3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se classifica como descritiva, que segundo Alves, Behr e Raimundini (2012), possui como objetivo a análise e a observação dos fatos, partindo de uma perspectiva de registro, análise e, por fim, sendo possível relatar os fenômenos e compará-los. Em relação ao tipo de pesquisa, esta possui caráter quantitativo, que geralmente é aplicado em pesquisas com abordagem descritiva. Segundo Martins e Théophilo (2007, p. 135), "a pesquisa quantitativa é aquela em que os dados e as evidências coletados podem ser quantificados, mensurados".

3.1 População e amostra

Caracterizam-se como população deste estudo os docentes da disciplina de Teoria da Contabilidade das instituições de ensino superior do Estado do Paraná, representando um total de 84 instituições. Quanto à amostra, esta é definida pelo número de questionários respondidos, dos que foram enviados aos docentes da disciplina Teoria da Contabilidade de cursos de graduação em Ciências Contábeis presentes nas instituições de ensino do Estado do Paraná. De 84 instituições, que caracterizaram o total da população, a amostra obtida foi de 30 docentes que devolveram o questionário respondido.

A escolha do Estado do Paraná como local da pesquisa se deve por ser um Estado com grande número de instituições de ensino que oferecem o curso de Ciências Contábeis, ficando na terceira colocação no Brasil, perdendo apenas para São Paulo e Minas Gerais (MEC, 2013). Outro motivo pela preferência da pesquisa ter sido neste Estado se deve pela maior acessibilidade dos pesquisadores às instituições de ensino deste do Paraná.

3.2 Coleta e análise dos dados

O procedimento de coleta dos dados foi realizado por meio de levantamento, realizado com o envio de um questionário, que foi desenvolvido em modelo de Escala Likert de cinco pontos, possuindo como tema as modificações no ensino da disciplina Teoria da Contabilidade após o processo de convergência às normas contábeis internacionais. O Quadro 1 apresenta o questionário enviado para os docentes da disciplina de Teoria da Contabilidade das instituições paranaenses pesquisadas.

Quadro 1 - Questionário sobre alterações na disciplina Teoria da Contabilidade

O processo de convergência das normas contábeis brasileiras às normas contábeis internacionais alterou diversos conceitos que são trabalhados na disciplina de Teoria da Contabilidade nos cursos de graduação. Assinale em uma escala de 1 (discordo plenamente) a 5 (concordo plenamente) as principais modificações no conteúdo e na didática desta disciplina em relação as seguintes modificações:

Questão	Pontuação
1 – Quanto ao conceito de ativo, houve modificação no conteúdo transmitido aos alunos.	
2 - Quanto à criação do grupo de contas Ativos Intangíveis, essa modificação alterou de modo	
significativo a abordagem deste tema na disciplina.	
3 - Com a criação do grupo de Ativo Intangível, o termo Goodwill, que caracteriza um ágio pago na	
expectativa de rentabilidade futura, resultou em dificuldades na prática docente para trabalhar com esse	
ativo não identificável, que tem origem de difícil definição.	
4 – Quanto ao conceito de Passivo, foi necessário modificar o conteúdo transmitido aos alunos.	
5 - As modificações na composição do Patrimônio Líquido levaram a modificações no conteúdo da	
disciplina.	

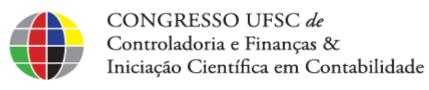














6 - Quanto às modificações nas Receitas, houve alteração no conteúdo transmitido aos alunos,	
principalmente sobre a nova classificação que diferencia receita e ganho.	
7 - Quanto às modificações nas Despesas, foram necessárias alterações no conteúdo transmitido aos	
acadêmicos.	
8 – Com as modificações na estrutura das demonstrações contábeis, houve necessidade de adequação	
do conteúdo da disciplina.	
9 - O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi estruturado para acompanhar o processo de	
convergência contábil no Brasil. O docente da disciplina de Teoria da Contabilidade está fazendo uso	
de seus pronunciamentos para auxiliar suas aulas.	
10 - Os pronunciamentos do CPC estão sendo eficazes ao transmitir para o aluno novos conceitos	
relacionados ao processo de convergência.	
11 – Sobre Perdas: a exigência de se reconhecer perdas por irrecuperabilidade do valor contábil do	
ativo (impairment) levou a modificações relevantes no conteúdo da disciplina.	
12 - A criação da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial resultou em modificação no conteúdo da	
disciplina.	
13 – As novas formas de contabilização do leasing levaram a modificações no conteúdo da disciplina,	
principalmente quanto ao reconhecimento de ativos.	
14 – As novas normas relativas às depreciações, incluindo conceitos como valor residual, taxas efetivas	
ao invés de fiscais, ocasionaram modificações importantes na disciplina de Teoria da Contabilidade.	
15 - Com a modificação do Art. 177 da Lei 6.404/76, os registros contábeis em desacordo com a Lei	
11.638/07, para atender à legislação tributária ou para atender outra legislação em função do objeto da	
Companhia, devem ser feito em registros auxiliares. Tal alteração levou a modificação no conteúdo da	
disciplina.	
16 - As características qualitativas da informação contábil, contempladas no CPC 00, resultaram em	
modificações significativas na disciplina Teoria da Contabilidade, principalmente quanto ao ensino dos	
postulados, princípios e convenções contábeis.	
$\mathbf{r}_{\mathbf{r}}}}}}}}}}$	

Fonte: dados da pesquisa.

Ainda no procedimento para coleta de dados, o segundo bloco do mesmo questionário, também em *Escala Likert* de cinco pontos, tratou exclusivamente sobre o uso do CPC nas práticas docentes, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Modificações trazidas pelos CPCS na disciplina Teoria da Contabilidade

Aponte quais dos CPCs abaixo trouxe modificações mais relevantes no conteúdo ou ementa da disciplina de Teoria da Contabilidade, de acordo com a seguinte escala: 1 – nenhuma modificação; 2 – pouca modificação; 3 – indiferente: 4 – alguma modificação; 5 – modificações relevantes

indiferente; 4 – alguma modificação; 5 – modificações relevantes.	
CPC	Nota
CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico	
CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	
CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	
CPC 04 - Ativo Intangível	
CPC 12 - Ajuste a Valor Presente	
CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada	
CPC 27 - Ativo Imobilizado	
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola	
CPC 33 - Benefícios a Empregados	
CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	
Sugestão do pesquisado:	

Fonte: dados da pesquisa.

Após o procedimento de coleta de dados, a análise foi realizada por meio de estatística descritiva, em que foram apurados dados como média, mínimo, máximo, moda e desvio-padrão para obter os resultados, alcançando o objetivo proposto por esta pesquisa. Além da estatística

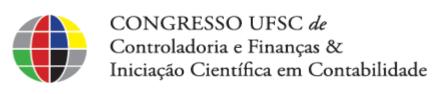














descritiva, foi aplicado o grau de entropia da informação nos resultados, para verificar quais questões, por meio de seu peso informacional, tem maior variabilidade nos dados em relação ao objetivo. Rocha (2010) afirma que a entropia objetiva caracterizar o grau de variação das respostas e, em consequência disso, sua maior concordância. Rodrigues, Zonatto e Lavarda (2012) apontam que quanto mais próximo o valor do peso informacional de cada questão estiver de um, menor a variabilidade e maior o consenso com o objetivo.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O primeiro bloco do questionário foi dividido em duas partes. A primeira parte abrange as questões de 1 a 8 e 11, 12 e 14, que tratam da composição das contas patrimoniais e de resultado. A segunda parte abrange as questões 9, 10,13, 15 e 16, que tratam das modificações na normatização. O questionário, com *Escala Likert* de cinco pontos, foi respondido por 30 docentes, em que a variação ocorria de 1 (discordo totalmente) até 5 (concordo totalmente). A Tabela 1 apresenta as respostas da primeira parte do primeiro bloco.

Tabela 1 – Modificação na composição das contas Patrimoniais e de Resultado

		Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q11	Q12	Q14
N	Válido	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
11	Ausente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Médi	a	3,73	3,70	3,17	2,93	3,67	3,73	3,47	4,30	4,03	4,07	4,27
Moda	ı	4	4	4	2	4	4	4	5	4	4	5
Desv	io Padrão	1,258	1,055	1,289	1,081	0,922	0,785	0,973	1,179	0,850	0,740	0,740
Míniı	mo	1	2	1	1	1	2	2	1	2	3	3
Máxi	mo	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Peso Inform	macional	0,142	0,090	0,199	0,147	0,074	0,048	0,086	0,099	0,049	0,035	0,033

Fonte: dados da pesquisa.

Analisando o indicador Moda na Tabela 1, percebe-se que na maioria das questões os respondentes concordam com a modificação que foi afirmada. Quando se perguntou sobre as modificações na estrutura das demonstrações contábeis (Q.8), se houve necessidade de adequação do conteúdo da disciplina e se as novas normas relativas às depreciações, incluindo conceitos como valor residual, taxas efetivas ao invés de fiscais (Q.14), ocasionaram modificações importantes na disciplina de Teoria da Contabilidade, a maior parte dos respondentes concordou plenamente com essa afirmação. Apenas na questão que indagou o conceito de Passivo (Q.4), se foi necessário modificar o conteúdo transmitido aos alunos, a discordância foi a resposta que prevaleceu.

Observando a média na pontuação da Escala *Likert* das respostas, pode-se afirmar que na maioria das questões os respondentes concordam que houve a modificação na composição das contas Patrimoniais e de Resultado devido ao processo de convergência. A média apresenta indiferença quando se trata da criação do grupo de contas Ativo Intangível, que o termo *Goodwill* resultou em dificuldades na prática docente para trabalhar com esse ativo não identificável (Q.3) e quanto ao conceito de Passivo (Q.4). Quanto à necessidade de alterações no conteúdo transmitido aos acadêmicos relativo às despesas (Q.7), os pesquisados também se mantiveram indiferentes.

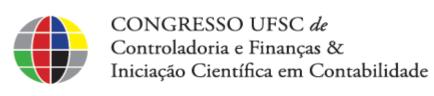














O indicador Desvio Padrão mostra que existe variabilidade em relação à média, variando de 0,740 até 1,289 pontos. É um número baixo de variação, comparando com a amplitude da Escala *Likert*, igual a 5 pontos. Assim, pode-se perceber que a opinião dos respondentes se manteve próxima da média.

Pelo cálculo da entropia, apurou-se que a média do peso informacional das questões apresentadas na Tabela 1 foi de 0,09. Portanto, quando se perguntou se a criação do grupo de contas Ativos Intangíveis alterou de modo significativo a abordagem deste tema na disciplina (Q.2), nota-se que a concordância dos respondentes em relação a esta indagação se iguala à média do peso informacional desse grupo de questões.

Ao se analisar as seguintes indagações: se a exigência de se reconhecer perdas por irrecuperabilidade do valor contábil do ativo (*impairment*) levou a modificações relevantes no conteúdo da disciplina (Q.11); se a criação da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial resultou em modificação no conteúdo da disciplina (Q.12); e se as novas normas relativas às depreciações ocasionaram modificações importantes na disciplina de Teoria da Contabilidade (Q.14); a entropia da informação permite afirmar que tais questões apresentam um consenso forte entre os respondentes, pois apresentaram seu peso informacional abaixo de 0,09 e ao mesmo tempo uma média alta em relação à concordância, o que permite notar que para este grupo de questões, essas indagações apresentam uma concordância consistente dos respondentes em relação ao objetivo deste estudo.

Algumas questões como: quanto ao conceito de ativo, se houve modificação no conteúdo transmitido aos alunos (Q.1); se com a criação do grupo de Ativo Intangível, o termo *Goodwill* resultou em dificuldades na prática docente para trabalhar com esse ativo não identificável, que tem origem de difícil definição (Q.3); e quanto ao conceito de Passivo, se foi necessário modificar o conteúdo transmitido aos alunos (Q.4); apresentaram peso informacional com valor acima da média da entropia (0,09). Tais resultados permitem inferir que para essas questões houve grande variabilidade na opinião dos respondentes.

Na Tabela 2 é apresentada a segunda parte do primeiro bloco de questões, sobre os resultados relativos às modificações na normatização apontadas pelos docentes.

Tabela 2 - Modificações na normatização

		Q9	Q10	Q13	Q15	Q16	
N	Válido	30	30	30	30	30	
	Ausente	0	0	0	0	0	
Média		4,30	3,77	4,00	3,83	3,90	
Moda		5	4	4	4	5	
Desvio Padrão		0,952	1,073	0,983	1,020	1,094	
Mínimo		2	2	2	2	2	
Máximo		5	5	5	5	5	
Peso Informacional		0,149	0,235	0,178	0,206	0,233	

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com os dados da Tabela 2, o indicador moda apresenta que em 60% das questões dessa parte do questionário, a resposta que prevaleceu foi que os especialistas concordam que as modificações trazidas pelo processo de convergência às normas contábeis internacionais causaram alterações no ensino da disciplina Teoria da Contabilidade (Q.15). Ainda houve 40% das questões em que a moda indica que os respondentes concordam plenamente que o

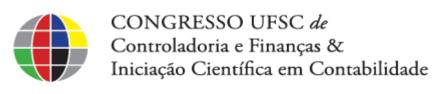














Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi estruturado para acompanhar o processo de convergência contábil no Brasil (Q.9); o docente da disciplina de Teoria da Contabilidade está fazendo uso de seus pronunciamentos para auxiliar suas aulas; e que as características qualitativas da informação contábil, contempladas no CPC 00, resultaram em modificações significativas na disciplina Teoria da Contabilidade, principalmente quanto ao ensino dos postulados, princípios e convenções contábeis.

O indicador média apresenta, para essa parte do questionário, que os pesquisados mantiveram suas respostas, concordando que as modificações na normatização trouxeram alterações no ensino da disciplina Teoria da Contabilidade. O desvio-padrão confirma esse pressuposto, pois o resultado deste indicador apresenta um nível baixo de variação das respostas em relação à média.

Analisando o indicador mínimo da Tabela 2, percebe-se que não houve nenhuma das questões em que algum dos pesquisados discorda totalmente do assunto, o ponto mínimo de respostas que a escala obteve foi 2, representando apenas "discordo". O indicador máximo mostra que para todas as questões houve respondentes que concordaram plenamente com o assunto tratado. Tal fato demonstra que o grau de concordância sobre as modificações na normatização que alteraram o ensino da disciplina Teoria da Contabilidade é mais forte que a discordância.

A entropia de informações calculada no grupo de questões da Tabela 2 apresentou uma média de 0,20. Diferente do resultado apresentado no primeiro grupo de questões, dessa vez não houve nenhum questionamento que teve seu peso informacional igual à média da entropia para o grupo de questões.

Os questionamentos sobre se o docente da disciplina de Teoria da Contabilidade está fazendo uso dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para auxiliar suas aulas (Q.9); e se as novas formas de contabilização do leasing levaram a modificações no conteúdo da disciplina (Q.13); apresentaram peso informacional abaixo da média da entropia. Além disso, suas médias em relação à concordância da afirmação resultaram em um valor alto, comparado com as demais indagações desse grupo. Por meio desses resultados, nota-se que essas duas questões possuem um bom nível de concordância.

Devido ao peso informacional apresentar-se acima da média da entropia, quando indagado se os pronunciamentos do CPC estão sendo eficazes ao transmitir para o aluno novos conceitos relacionados ao processo de convergência (Q.10); e se as características qualitativas da informação contábil, contempladas no CPC 00, resultaram em modificações significativas na disciplina Teoria da Contabilidade (Q.16); entende-se para tais questionamentos houve grande variabilidade na opinião dos respondentes e não foi exibida alta concordância sobre o objetivo do estudo.

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas referentes ao segundo bloco de questões, que trata dos CPC's que trouxeram modificações relevantes para o conteúdo da disciplina de Teoria da Contabilidade.

Tabela 3 - CPC's que trouxeram modificações relevantes para o conteúdo da disciplina Teoria da Contabilidade

		CPC 00	CPC 01	CPC 02	CPC 04	CPC 12	CPC 18	CPC 27	CPC 29	CPC 33	CPC 38
N	Válido	30	30	29	29	29	29	30	30	30	30
	Ausente	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0















CONGRESSO UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade



Média	3,70	4,17	3,34	4,14	4,38	3,83	3,90	3,50	3,20	3,90
Moda	4	4	2	5	5	4	4	3	3	4
Desvio Padrão	1,208	0,648	1,111	0,990	0,775	1,167	0,995	1,167	1,064	0,923
Mínimo	1	3	2	2	3	1	2	2	1	2
Máximo	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Peso										
Informacional	0,149	0,003	0,007	0,003	0,001	0,003	0,002	0,002	0,002	0,001

Fonte: dados da pesquisa.

O indicador moda expresso na Tabela 3 mostra que quanto ao uso do CPC 00, CPC 01, CPC 18, CPC 27 e CPC 38, a maioria dos docentes concorda que estes pronunciamentos trouxeram modificações relevantes para o conteúdo da disciplina Teoria da Contabilidade e concordam plenamente com a mesma afirmação referente ao uso do CPC 04 e do CPC 12. Quanto ao CPC 02, os pesquisados discordam que este pronunciamento trouxe modificações relevantes para o conteúdo da disciplina Teoria da Contabilidade. Já quanto ao CPC 29 e CPC 33, o indicador moda mostrou indiferença por parte dos pesquisados.

Alisando a média do resultado da Escala *Likert*, nota-se que os docentes concordam que o uso dos CPC's apresentados trouxeram modificações relevantes para o conteúdo da disciplina Teoria da Contabilidade, apenas com exceção do CPC 02 e do CPC 33, que de acordo com a média, os respondentes se mantiveram indiferentes ao seu uso. Para este segundo bloco do questionário o desvio-padrão também se manteve estável, apresentando uma variação de 0,648 para 1,208 pontos, fator esse que indica que mesmo havendo uma variação na média das respostas em relação ao uso do CPC, os respondentes opinaram sobre o assunto de forma semelhante.

Na Tabela 3, o ponto 2 da Escala *Likert* (discordo) foi o indicador mínimo que se manteve para o maior número de CPC's da pesquisa, representado pelos CPC's 02, 04, 27, 29 e 38. Enquanto que para o CPC 01 e CPC 12 não houve nenhum dos pesquisados que discordou dessa afirmação, o ponto menor que a escala desses CPC's obteve foi o 3, que representa indiferença ao assunto. Sendo assim, relacionando essa afirmação do indicador mínimo com os outros indicadores de avaliação apresentados na Tabela 3, pode-se afirmar que o CPC 12 (Ajuste a Valor Presente), seguido do CPC 01 (Redução a Valor Recuperável de Ativos), foram os que mais trouxeram modificações relevantes para o ensino da disciplina de Teoria da Contabilidade após o processo de convergências às normas internacionais de contabilidade.

Ao realizar o teste da entropia de informações para grupo de questões da Tabela 3, foi apurada uma média de 0,10. Não houve nenhuma questão que apresentou peso informacional igual à média da entropia.

As afirmações sobre os CPCs 01, 04 e 12 apresentaram peso informacional abaixo da média da entropia, além de média elevada em relação às respostas obtidas. Portanto, pode-se afirmar que há consenso entre os respondentes sobre as modificações que estes Pronunciamentos trouxeram para a disciplina de Teoria da Contabilidade.

Apenas o peso informacional do CPC 00 apresentou-se acima da média, exibindo forte variação nas respostas dos entrevistados, sobre a concordância de que este Pronunciamento trouxe modificações significativas para a disciplina Teoria da Contabilidade.

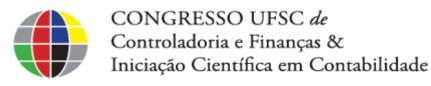














5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou verificar as principais mudanças ocorridas no ensino da disciplina de Teoria da Contabilidade no Brasil após o processo de convergência contábil internacional, com base na perspectiva dos docentes do Estado do Paraná. Pesquisa descritiva, por meio de levantamento, com abordagem quantitativa, foi desenvolvida para tal. A delimitação deste estudo abrangeu 84 instituições de ensino superior, representando o total de instituições que oferecem o Curso de Ciências Contábeis no Estado do Paraná. Obteve-se uma amostra de 30 docentes da disciplina de Teoria da Contabilidade dessas instituições. Foi utilizado um questionário, dividido em dois blocos, totalizando 26 questões em Escala *Likert* de cinco pontos.

Quanto às modificações na composição das contas Patrimoniais e de Resultado, observouse que os docentes concordaram significativamente que houve modificação ao transmitir o conceito de ativo aos alunos por causa da convergência contábil internacional. Diversas mudanças nas contas patrimoniais influenciaram a forma de transmitir o conceito de ativo. A criação do grupo de contas Ativo Intangível, que até então era inexistente, teve forte contribuição, pois surgiram novas interpretações para classificar esse tipo de ativo da entidade.

Os pesquisados concordaram que o termo *Goodwill*, por exemplo, resultou em dificuldades para trabalhar na prática docente, devido sua origem de difícil definição. A criação do ajuste ao valor recuperável dos ativos, ou teste de *impairment*, foi um novo conceito que o docente teve que tomar conhecimento e se adaptar para transmiti-lo ao aluno. Outros conceitos que já existiam e sofreram modificações em suas regras de contabilização, como o *leasing* e a depreciação, também são fatores que os docentes consideram que provocaram modificações ao transmitir o conceito de ativo aos acadêmicos.

Quanto às alterações no conceito de passivo, os pesquisados discordam que houve necessidade de alteração na forma de transmissão ao aluno. Isso se justifica por ter sido um grupo de contas que, no processo de convergência internacional contábil, não passou por tantas alterações quanto o Ativo.

Referente às contas de resultado, os docentes pesquisados concordaram que houve necessidade de alterar a forma de transmitir o conteúdo aos alunos, pois ocorreram modificações nas contas de Receita e Despesa, principalmente no que diz respeito ao ganho e perda.

Sobre a utilização dos Pronunciamentos Técnicos do CPC, como suporte para o docente transmitir as alterações causadas pelo processo de convergência, contatou-se que os respondentes concordam que alguns dos pronunciamentos estão sendo eficazes para aplicação do conteúdo. O teste da entropia demonstrou alta concordância dos docentes sobre a utilização deste instrumento nas aulas, mas sobre sua eficácia para aplicação do conteúdo aos alunos, a concordância foi menor. Pode-se destacar que o CPC 12 (Ajuste a Valor Presente) e o CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos) tiveram forte destaque na pesquisa como auxílio ao docente para transmitir o conteúdo proposto para os acadêmicos, trazendo modificações relevantes ao conteúdo da disciplina.

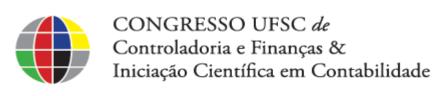
Outro ponto a ser destacado é que o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00) trouxe modificações importantes para à Teoria Contábil, embora não tenha sido compreendido como tal por alguns dos respondentes. Dentre as modificações pode-se destacar a alteração dos postulados, princípios e convenções, que passaram a ser tratados como características qualitativas da informação contábil. Além disso, conceitos importantes foram modificados, como o princípio do













conservadorismo, substituído pela neutralidade. Essas importantes mudanças não foram observadas por alguns respondentes, o que se verifica na média (3,7) apresentada na Tabela 3. Conclui-se que nem todos os professores podem estar cientes das importantes alterações trazidas por este Pronunciamento (CPC 00).

De acordo com os resultados expressos nesta pesquisa, pode-se concluir que o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade causou alterações no ensino da disciplina de Teoria da Contabilidade, sob a ótica dos docentes do Estado do Paraná. Estes concordam que tiveram que se readequar para transmitir o conteúdo dessa disciplina aos alunos e que os pronunciamentos do CPC estão sendo um instrumento de importante utilidade para essa readequação, ao trazer modificações relevantes ao conteúdo da disciplina de Teoria da Contabilidade.

Ao comprar os presentes achados com resultados de algumas pesquisas anteriores, podese afirmar que com relação ao estudo de Sacramento (1998), este concluiu que professores que não cursaram a disciplina Teoria da Contabilidade na graduação, nem em cursos de pósgraduação, deveriam munir-se de conhecimentos científicos, apresentando os conceitos, metodologias e os princípios de contabilidade que são utilizados na teoria. Os resultados da presente pesquisa contribuem com este estudo anterior, ao sugerir que o uso dos pronunciamentos do CPC por professores dessa disciplina podem ser o instrumento de auxílio metodológico que estes professores necessitam.

Os resultados de Espejo et al. (2010) apontaram que a instituição Universidade Federal do Paraná está promovendo adaptações no ensino em resposta às alterações constantes da Lei nº. 11.638/07, de modo que, tais adaptações são reveladas nos resultados na presente pesquisa, quando mencionou-se sobre as diferenças em transmitir alguns conceitos e uso dos pronunciamentos do CPC como instrumento de auxílio ao docente.

Quanto a comparação da disciplina Teoria da Contabilidade no Brasil e em países estrangeiros, Borba, Poeta e Vicente (2011) ao comparar a aplicabilidade dessa disciplina em programas de mestrado nos EUA, verificou-se escassa a oferta específica dessa disciplina. Ferreira et al. (2011) ao comparar como Teoria da Contabilidade é abordada nos cursos de graduação e pós-graduação em contabilidade nas melhores universidades estrangeiras, apontaram que apenas cinco das vinte universidades possuem especificamente a disciplina de Teoria da Contabilidade, enquanto as demais adéquam seu conteúdo a outras disciplinas, como em contabilidade introdutória, intermediária e avançada. Observa-se com os resultadas de ambas as pesquisas mencionadas, que existe uma obrigatoriedade maior da disciplina Teoria da Contabilidade no Brasil, assim, entende-se que os docentes devem estar adequadamente preparados para transmitir o conteúdo que essa disciplina exige, principalmente no que diz respeito às modificações geradas pelo processo de convergência contábil.

Como sugestão para novas pesquisas relacionadas a este contexto, seria interessante realizar novos estudos abrangendo outras disciplinas, além da disciplina de Teoria da Contabilidade, o que poderia contribuir para a compreensão dos efeitos da convergência contábil internacional na qualidade do ensino da contabilidade no Brasil.

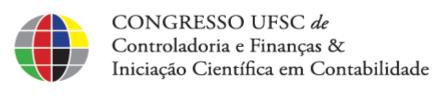
REFERÊNCIAS













ALVES, C. S.; BEHR, A.; RAIMUNDINI, S. L. Mensuração e Evidenciação de Ativos Intangíveis em Demonstrações Contábeis: O Estudo de Caso em um Clube de Futebol Brasileiro. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 11, n. 32, p. p. 09-25, 2012.

ANTUNES, M. T. P.; GRECCO, M. C. P., FORMIGONI, H. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações Internacionais.** V. 10, nº 20, p. 5-19, 2012.

BARBOSA, J. E. N.; DIAS, W. O; PINHEIRO, L. E. T. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, 2009.

BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge C.; MATÍNEZ, Francesc. Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Grupo A, 2004.

BORBA, J. A.; POETA, F. Z.; VICENTE, E. F. R. Teoria da contabilidade: uma análise da disciplina nos programas de mestrado brasileiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão.** v. 6. n. 2, 2011.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm> Acesso em 09 maio 2013.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, e da Lei nº 6.385, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm Acesso em: 09 maio 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>. Acesso em: 08 maio 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução n.º 1055, de 7 de outubro de 2005. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055. Acesso em: 09 maio 2013.

DANTAS, J. A.; NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, F. F.; MENDES, P. C. M. Normatização Contábil baseada em princípios ou regras? Benefícios, custos, oportunidades e risco. **Revista de Contabilidade e Organizações.** v. 4, n. 9, p. 3-29, 2010.

DING, Y.; HOPE, O. K.; JEANJEAN, T.; STOLOWY, H. Differences between domestic accounting standards and IAS: measurement, determinants and implications. **Journal of Accounting and Public Policy.** v. 26, p. 1-38, 2007.

ELBANNAN, M. A. Accounting and stock market effects of international accounting standards adoption in an emerging economy. **Review of Quantitative Finance and Accounting.** 20 apr. 2010.

ESPEJO, M. M. S. B.; CRUZ, A. P. C.; COSTA, F.; ESPEJO, R. A.; COMUNELO, A. L. Evidências empíricas do ensino no curso de ciências contábeis - uma análise das respostas às alterações provenientes da Lei 11.638/07. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ. v. 12, n. 1, p. 22-39, 2010.

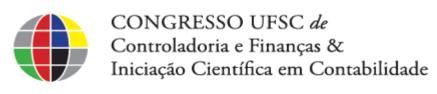














ESPERANTO Contábil. Revista Razão Contábil. v. 4, n. 38, p. 36-40, 2007. Disponível em: http://www.cpc.org.br/noticias34.htm. Acesso em: 08 maio 2013.

FAHL, A. C.; MANHANI, L. P. S. As perspectivas do profissional contábil e o ensino da contabilidade. Revista de Ciências Gerenciais. v. 10, n. 12, 2006.

FERNANDES, B. V. R.; LIMA, D. H. S.; VIEIRA, E. T.; NIYAMA, J. K. Investigação Empírica da Percepção dos Docentes dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis sobre a Função e Atuação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. In: 10° CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. Anais... São Paulo, 2010.

FERREIRA, A. F.; SPLITTER, K.; BORBA, J. A. Teoria da Contabilidade: Uma disciplina específica ou conhecimentos que deveriam estar integrados em outras disciplinas? In: 12° CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. Anais... São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, L. M.; PAULÚCIO, N. F.; ALMEIDA, F. M. M.; MOURA, R. M. O profissional contábil diante da convergência das normas contábeis: análise da preparação desse profissional nos processos organizacionais. In: VIII SEGET - SIMPÓSITO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. Anais..., 2011.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. Teoria da contabilidade, tradução de Antonio Zoratto SANVICENTE. São Paulo: Atlas, 1999.

HERNANDES, D. C. R.; PELEIAS, I. R.; BARBALHO, V. F. O Professor de Contabilidade: habilidade e competências. In: PELEIAS, Ivam Ricardo (Org.). Didática do Ensino da Contabilidade – Aplicável a outros Cursos Superiores. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 61-119.

IUDICIBUS, S. Teoria da Contabilidade: Evolução e Tendências. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ. v. 17, n. 2, p. 8-13, 2012.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. Revista Contabilidade & Finanças, v. 16, n. 38, p. 7-19, 2005.

LIMA FILHO, R. N.; BRUNI, A. L. Percepção dos Graduandos em Ciências Contábeis de Salvador (BA) Sobre os Conceitos Relevantes da Teoria da Contabilidade. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), v. 6, n. 2, p. 187-203, 2010.

MADEIRA, G. J.; MENDONÇA, K. F. C.; ABREU, S. M. A disciplina teoria da contabilidade nos exames de suficiência e provão. Revista Contabilidade Vista & Revista. Belo Horizonte, ed. Especial, p. 103-122, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. THÉOPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação para ciências sociais e aplicadas. São Paulo: Atlas, 2007.

MEC. Disponível em: http://emec.mec.gov.br/. Acesso em Jul. 2013.

NIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade internacional. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

ROCHA, Irani. Grau de entropia da informação em indicadores econômico-financeiros das empresas que participam dos níveis de governança corporativa da BM&FBovespa. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2010.

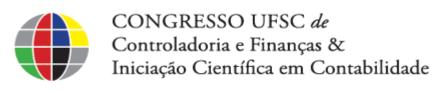














RODRIGUES, M. M. J.; ZONATTO, V. C. S.; LAVARDA, C. E. F. Participação dos diferentes departamentos e unidades no sistema orçamentário: um estudo de caso em uma Instituição de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina. Contexto, v. 12, p. 27-41, 2012.

SACRAMENTO, C. O. J. O ensino de teoria da contabilidade no Brasil. **Caderno de Estudos Fipecafi**, São Paulo, v. 10, n. 18, p. 01-10, 1998.

SANTOS, J. L.; SCHIMIDT, P; PINHEIRO, P. R.; FERNANDES, L. A. Estudo comparativo do tratamento contábil dos prejuízos não realizados intercompanhias na consolidação nas normas brasileiras, internacionais e nos US-GAAP. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 183, p. 95-109, 2010.

THEÓPHILO, C. R.; SACRAMENTO, C. O. J; NEVES, I F.; SOUZA, P. L. O ensino da teoria da contabilidade no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista.** Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 3-10, dez. 2000.

ZELIOLI, R. J. Análise de cenários para adequações as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). **Anuário da Produção de Iniciação Científica Discente**, v. 12, n. 13, p. 183-193, 2009.









